

Constrangimentos e ideias. O Serviço Cívico Estudantil (1974-1977)

Luísa Tiago de Oliveira

Em 25 de Abril de 1974, iniciou-se a conjuntura revolucionária. No Outono seguinte, no regresso às aulas, a situação dos jovens que tinham terminado os estudos secundários estava por definir. Afigurava-se desconhecido o destino de um contingente avaliado em cerca de 28.000 candidatos ao ingresso no ensino superior, o que representava cerca do dobro dos alunos do primeiro ano das Universidades no ano lectivo anterior. Afirmava-se que, nesse ano lectivo, não ia abrir o primeiro ano nas Universidades do país, então em profunda mudança. Havia aquilo que, para a época, era um grande contingente de jovens com um vazio de um ano pela frente. Neste contexto, surgiu o Serviço Cívico Estudantil.¹

Esta inovação da conjuntura revolucionária portuguesa foi constituída por um conjunto de acções junto de populações ou instituições identificadas de algum modo como problemáticas ou carenciadas, cobrindo principalmente as áreas da alfabetização, saúde, segurança social, acções culturais, desporto, apoio às actividades escolares e circum-escolares, actividades no sector primário, realização de inquéritos. Foi desempenhado por estudantes candidatos ao ensino superior num ano “lectivo” então criado que se situava entre o final do ensino secundário e o princípio do ensino superior. Supostamente em vigência durante três anos lectivos, o Serviço Cívico Estudantil apenas se desenrolou na prática nos anos de 1974/5 e de 1975/6. Foi cumprido, no seu Ano I, em que se apresentava como facultativo, por 8.758 estudantes e, no seu Ano II, em que era obrigatório, por pouco menos de 11.814 estudantes.²

Inovação que foi sendo elaborada na confluência de vários projectos e forças de pressão, de grupo e individuais, então existentes, o Serviço Cívico

¹ Este artigo retoma algumas conclusões da obra *Estudantes e Povo na Revolução. O Serviço Cívico Estudantil (1974-1977)*, Oeiras, Celta Editora, 2004, decorrente da tese de doutoramento defendida, no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, em 2000. Ver também: Branco, Jorge Freitas e Luísa Tiago de Oliveira (1993) *Ao encontro do povo – I. A missão*, Oeiras, Celta Editora; Branco, Jorge Freitas e Luísa Tiago de Oliveira (1994) *Ao encontro do povo – II. A colecção*, Oeiras, Celta Editora.

² Os 28.000 candidatos estimados são apontados quer nos textos oficiais quer na opinião pública e note-se que então decorreram inscrições provisórias para esse primeiro ano. É também o montante de alunos assumido em teses de doutoramento que têm as transformações no acesso ao ensino superior em Portugal na década de 1970 como um objecto central de estudo – como as de Maria da Conceição Alves Pinto (1983) *L'entrée à l'Université au Portugal. Un essai d'une approche systémique en éducation*. Tours: Université François Rabelais \ thèse pour le doctorat ès-lettres et sciences humaines (sciences de l'éducation) e Maria Manuela Machado da Silva (1986) *A candidatura ao ensino superior. O suporte normativo e as suas consequências sociais*, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas / dissertação de doutoramento. Os dados sobre servidores cívicos foram obtidos em: Serviço Cívico Estudantil (1977) *Relatório Sumário. S.C.E. 74-75*, Lisboa, MEIC - Secretaria Geral. Divisão de Documentação: 5; Arquivo do Gabinete Coordenador do Ingresso no Ensino Superior – Cave, Dossier "Material para Apontamento Informativo nº 6 (3)", fotocópia existente no Centro de Documentação 25 de Abril; *Apontamento informativo nº 3*, 12/11/1976: 14; *Apontamento informativo nº 4*, 2/12/1976: 3; Silva 1986: 147.

Estudantil, por muito que tenha sido pensado e apresentado como singular, não o foi nem no país nem no mundo, existindo inúmeras outras experiências próximas.

O Serviço Cívico Estudantil não foi único em termos internacionais.³ Este tipo de experiências não aconteceu apenas em Portugal. Em conjunturas diversas, e sob formas variadas, aconteceram experiências com maiores ou menores semelhanças antes da divisão do mundo em Primeiro, Segundo e Terceiro Mundo e, após esta divisão, em vários tipos de países pertencentes a estas categorias. Porém, as iniciativas massivas de “ida ao povo” dos estudantes, na sua condição estudantil, ocorreram em contextos de sociedades de transição, em situações não estabilizadas, nas quais se verificaram problemas para os quais este tipo de iniciativas podia constituir um recurso. Sublinhe-se que, para além do caso português, nas décadas de 60 e 70, este tipo de experiências teve lugar, por exemplo, em Cuba, no Peru, na Somália, situações nas quais houve paragem nas actividades lectivas ou nos percursos previsíveis e imediatos de saída das escolas, substituídos por acções junto das comunidades. Estas inovações aconteceram, assim, em conjunturas revolucionárias, nas quais poderiam permitir ganhar tempo para tentar resolver problemas conjunturais ou efectuar modificações estruturais, para realizar operações de uma nova socialização, quer dos estudantes quer de outras camadas populacionais, para criar identidades revolucionárias e, eventualmente, para difundir inovações, contribuindo para a integração nacional.

O Serviço Cívico Estudantil também não foi único em termos nacionais.⁴ A análise de experiências lançadas ou sancionadas pelo sistema de ensino (como o Trabalho Produtivo Socialmente Útil no Ensino Básico e Abertura da Escola ao Meio Social, a Educação Cívica Politécnica, as Actividades de Contacto, os Estágios de Trabalho Indiferenciado), a abordagem de iniciativas de grupos estudantis em educação popular (nomeadamente sob a forma de campanhas) e de outras acções junto dos grupos populares (como, por exemplo, as Campanhas de Dinamização Cultural do MFA) permitiram sobejamente confirmar a existência de uma família de experiências de “ida ao povo”, no Portugal revolucionário, que têm como laço comum a valorização deste mesmo povo, dos deserdados para os quais se deseja outra situação, outra sorte, outro futuro que, de algum modo, os participantes querem, ou são supostos querer, construir. Em inúmeras destas iniciativas, pretendia-se não só conhecer a “verdadeira vida do povo”, diagnosticando a sua situação, como também agir e contribuir para a sua acção na construção de uma nova sociedade que vencesse a questão da desigualdade social.

O Serviço Cívico Estudantil não foi uma criação politicamente homogénea. Surgiu no cruzamento de sectores de três áreas políticas fundamentais, ao tempo conhecidas como republicana-socialista, comunista e católica-progressista, áreas estas cujos membros nem sempre tinham posições idênticas. As personalidades e forças relevantes para a formação da opinião

³ Oliveira 2004: 15-54.

⁴ Oliveira 2004: 57-141.

pública e os responsáveis pela concretização do Serviço Cívico Estudantil socorreram-se dos reportórios possíveis. Alguns destes remetiam para o universo pessoal dos envolvidos, indo, por exemplo, das experiências dos cursos militares de Vendas Novas e da Acção Psicológico militar na Guiné do General Spínola à do trabalho numa cadeia de montagem industrial na França dos anos 60 ou à da apicultura em Itália. Outros reportórios tinham como referências maiores as Campanhas de Alfabetização e Educação Sanitária do Verão de 1974 e as acções estudantis de apoio às vítimas das cheias em 1967, não esquecendo o prestígio, entre alguns sectores, da campanha de alfabetização cubana de 1961. Sublinhe-se, contudo, que a invocação das experiências individuais e colectivas foi desencadeada por um problema de impossível solução: a incapacidade estrutural do ensino superior absorver todos os candidatos à sua frequência no regresso às aulas do Outono de 1974.

A gestação do Serviço Cívico Estudantil prolongou-se do Outono de 1974 à Primavera de 1975. Foi sucessivamente debatido pelos II, III e IV Governos Provisórios (que incluíram membros do PPD, PS e PCP), sendo criado durante este último Governo.⁵ Mais precisamente, o decreto-lei da criação do Serviço Cívico Estudantil data de 30/5/1975, ou seja, de perto do final do ano lectivo durante o qual era suposto vigorar e no qual, com maior ou menor duração, amplitude e empenho, vigorou. O que é sintomático das grandes dificuldades encontradas para o seu lançamento. Foi, pois, em condições difíceis que decorreu o seu Ano I que, na prática, e na grande maioria dos casos, aconteceu apenas no Verão de 1975 (sobretudo durante a vigência do IV e do curto V Governo Provisório, no qual o PPD e o PS já não estiveram presentes).

No Outono subsequente, com a formação do VI Governo Provisório (novamente integrado por personalidades do PPD, PS e PCP),⁶ o Serviço Cívico Estudantil perdeu a sua principal base de apoio partidário devido àquilo que foi visto como uma viragem à direita do poder político pelo PCP, a única força partidária relevante que tinha mantido a defesa pública do Serviço Cívico Estudantil durante os longos meses do ano anterior. No seu Ano II, não teve, assim, qualquer força política importante que convicta e claramente o defendesse. Contudo, foi mantido, durante esse ano lectivo, pelo VI Governo Provisório assim como, no início do seu mandato, pelo I Governo Constitucional (da responsabilidade do PS).⁷

No ano lectivo seguinte, foram ainda abertas inscrições para o Serviço Cívico Estudantil. Em seguida, este foi suspenso e, através de um percurso demorado, legalmente extinto a 17/6/1977, por lei da Assembleia da República, durante o I Governo Constitucional. Também terminou, pois, perto do final do

⁵ O II, III e IV Governos Provisórios duraram respectivamente de 17/7 a 30/9/1974, de 30/9/1974 a 20/3/1975 e de 20/3 a 8/8/1975. Retirando-se o PS e o PPD do IV Governo Provisório em Julho de 1975, este caiu e, em seguida, constituiu-se o V Governo Provisório sem estes partidos, que exerceu funções de 8/8 a 12/9/1975.

⁶ O VI Governo Provisório durou de 12/9/1975 a 23/7/1976.

⁷ O I Governo Constitucional, formado na sequência dos resultados de eleições para a Assembleia da República e para a Presidência da República, vigorou de 23/7/1976 a 9/12/1977.

ano lectivo, o que permitiu aos responsáveis não ter de encarar a criação de qualquer alternativa em sua substituição. Ou seja, o seu previsível Ano III caracterizou-se por uma arrastada agonia e uma morte longamente anunciada, durante a qual os responsáveis governamentais tentaram resolver a questão do grande volume de candidatos ao ensino superior, questão esta que efectivamente deixou de existir com o surgimento de mecanismos de selecção e seriação para o ensino superior (que passou a ter numerus clausus em todos os cursos), que fizeram baixar o volume de entradas para níveis inferiores aos dos anos anteriores ao 25 de Abril.⁸ O Serviço Cívico Estudantil terminou, assim, com a normalização constitucional. Tal como acabaram outras experiências semelhantes enquadradas pelo sistema de ensino (como, por exemplo, a Educação Cívica Politécnica, as Actividades de Contacto), por organizações estudantis (como as campanhas de alfabetização), sendo que as Campanhas de Dinamização Cultural do MFA já tinham terminado em 1975, enquanto o projecto SAAL e o Serviço Médico na Periferia se reconfiguraram.

O itinerário do Serviço Cívico Estudantil revela a importância da "força das coisas", das condições materiais quer na sua génese quer na sua extinção. Para além disto, mostra também como as atitudes e os comportamentos daqueles que tiveram intervenção na sua vida não se esgotaram na área, corrente ou partido político ao qual pertenciam. Para a maioria destes intervenientes, a postura teórica perante o Serviço Cívico Estudantil não foi o mais determinante nas posições tomadas face à sua criação, manutenção ou extinção.⁹

O Serviço Cívico Estudantil procurou, senão resolver, pelo menos atenuar um problema (o incomportável volume de candidatos ao primeiro ano do ensino superior), sendo a necessidade da sua resolução que desencadeou as referências pessoais e sociais que informaram a procura de soluções, naturalmente buscadas no clima da época e nos reportórios disponíveis. Ao surgir como resposta a um estrangulamento do sistema de ensino, teve um carácter diferente de outras iniciativas surgidas neste sistema (como, por exemplo, a Educação Cívica Politécnica ou o Trabalho Produtivo Socialmente Útil no Ensino Básico e Abertura da Escola ao Meio Social), que não foram suscitadas por uma impossibilidade material bem como das Campanhas estudantis ou das Campanhas de Dinamização Cultural do MFA, cujas génese e existência se caracterizam por um carácter mais voluntarista.

De acordo com Stephen Stoer, o Serviço Cívico Estudantil assim como outras experiências da mesma família em Portugal apontavam, na óptica dos legisladores, para a formação de cidadãos socialistas.¹⁰ Acima de tudo, os objectivos enunciados e as configurações tomadas parecem-me característicos duma sociedade de transição, boa parte da qual equacionada em termos de transição para o socialismo, ainda que sob formas diversas, pela maioria das forças políticas e sociais actantes e também pelos próprios textos legais

⁸ Oliveira 2004: 220-222, 224-225.

⁹ Oliveira 2004: 143-228.

¹⁰ Stoer, Stephen R. (1986) *Educação e mudança social em Portugal. 1970-1980, uma década de transição*, Porto, Afrontamento: 128-138.

fundadores - como o decreto-lei da sua criação e o das Bases Programáticas para a Reforma do Ensino Superior e a própria Constituição de 1976.¹¹

O carácter experimental do Serviço Cívico Estudantil e o seu enfoque na prática são próprios duma sociedade de transição assim como também o é a procura de mobilização de um sector da população cuja socialização seria, neste quadro, necessariamente diferente. As configurações e os confrontos acontecidos no Serviço Cívico Estudantil parecem ser, também eles, característicos duma sociedade de transição marcada pela inoperância de largos sectores do aparelho de Estado. O Serviço Cívico Estudantil representaria, assim, mais um caso em que se exprimiu a força e fertilidade dos movimentos sociais na conjuntura revolucionária portuguesa, força e fertilidade estas articuladas, na opinião de Boaventura Sousa Santos, com a paralisia generalizada do aparelho de estado no pós-25 de Abril, na de Philippe Schmitter, com o vazio advindo do colapso do estado e da rapidez, imprevisibilidade e impreparação da transição para uma situação democrática, e, na de Duran Muñoz e de Palacios Cerezales, com a nova “janela de oportunidades” percebidas pelos actores sociais.¹²

O itinerário do SCE exprime, deste modo, a combinação de constrangimentos materiais, recursos no campo das ideias e experimentação social bem como os ritmos e as contradições do processo de democratização em Portugal.

¹¹ Respectivamente Decreto-Lei nº 270/75 de 30/6, nº 363/75 de 11/7, e artigos nº 76, nº 74, §º 3, nº 70, §º 2, nº 1 e nº 2 da Constituição Portuguesa de 1976.

¹² Santos, Boaventura de Sousa (1990) *O Estado e a sociedade em Portugal (1974-1988)*, Porto, Afrontamento; Santos, Boaventura de Sousa (org.) (1993) *Portugal – um retrato singular*, Porto, Afrontamento; Schmitter, Philippe C. (1999) *Portugal: do autoritarismo à democracia*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais; Duran Muñoz, Rafael (1997) *Acciones colectivas y transiciones a la democracia. España y Portugal, 1974-1977*, Madrid, Centro de Estudios Avanzados en Ciencias Sociales; Duran Muñoz, Rafael (1997) “Radicalización obrera en la revolución de los cláveles. Percepción de la oportunidad” *Ler História* nº 32: 83-116; Duran Muñoz, Rafael (2000) *Contención y transgresión. Las movilizaciones sociales y el Estado en las transiciones española y portuguesa*, Madrid, Centro de Estudios Políticos y Constitucionales; Duran Muñoz, Rafael (2001) “Multidimensionalidad del Estado: trabajadores movilizados en la ‘Revolução dos Cravos’” *Ler História* nº 41: 229-246; Palacios Cerezales, Diego (2003) *O poder caiu na rua. Crise de Estado e acções colectivas na revolução portuguesa (1974-1975)*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.